



Encontros Bibli

A FENOMENOLOGIA COMO CAMINHO PARA COMPREENDER A GESTÃO DE DOCUMENTOS: NOTAS METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA REALIZADA NO IFTM CAMPUS UBERLÂNDIA

Phenomenology as a Path to Understanding Document Management: methodological notes from research conducted at IFTM Campus Uberlândia

Ricardo Roberto de Andrade

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

Uberlândia, MG, Brasil

ricardo.andrade@estudante.iftm.edu.br

<https://orcid.org/0009-0008-3952-6487> 

Otaviano José Pereira

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

Uberaba, MG, Brasil

otavianopereira@iftm.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-6598-7702> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Apresentar o percurso metodológico e as interpretações finais derivadas de uma pesquisa de mestrado concluída, que destacou a Fenomenologia como caminho para compreender a gestão de documentos a partir dos sentidos atribuídos por servidoras técnico-administrativas em uma Instituição Federal de Ensino, enfatizando a relevância da experiência vivida no cotidiano do fazer arquivístico.

Método: A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamentou-se na Fenomenologia de Edmund Husserl. A apreensão do fenômeno ocorreu por meio de uma roda de conversa com servidoras atuantes na organização de documentos no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberlândia. A análise fenomenológica foi orientada pelos conceitos de intencionalidade, noema, noese e epoché, buscando descrever os sentidos atribuídos às práticas arquivísticas cotidianas.

Resultado: Os resultados evidenciam que as experiências relatadas revelam práticas documentais fragmentadas, estratégias de improvisação, sobrecarga de trabalho e ausência de políticas arquivísticas consolidadas, configurando um cenário semelhante ao observado em outras instituições públicas de ensino.

Conclusões: A principal contribuição do estudo aponta para a necessidade de desenvolver metodologias que valorizem a experiência vivida como fonte legítima de compreensão e qualificação da gestão documental. Os achados indicam potencial para subsidiar políticas institucionais mais sensíveis ao cotidiano dos setores, contribuindo para práticas mais integradas, consistentes e capazes de fortalecer a preservação da memória documental.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Documentos. Fenomenologia. Experiência Vivida. Práticas arquivísticas.

ABSTRACT

Objective: To present the methodological path and the final interpretations derived from a completed master's research that employed Phenomenology as a way to understand document management based on the meanings attributed by technical-administrative staff in a Federal Educational Institution, emphasizing the relevance of lived experience in everyday archival practices.

Method: This qualitative research was grounded in Edmund Husserl's Phenomenology. The apprehension of the phenomenon occurred through a discussion circle with staff members who work directly with document organization at the Federal Institute of Triângulo Mineiro – *Uberlândia Campus*. The phenomenological

analysis was guided by the concepts of intentionality, noema, noesis, and epoché, aiming to describe the meanings attributed to everyday archival practices.

Results: The results show that the experiences narrated by the participants reveal fragmented documental practices, strategies of improvisation, work overload, and the absence of consolidated archival policies features that mirror the reality of many public educational institutions.

Conclusions: The study highlights the need to develop methodologies that value lived experience as a legitimate foundation for understanding and qualifying document management. The findings indicate the potential to support institutional policies that are more sensitive to the everyday realities of administrative sectors, contributing to more integrated, consistent practices capable of strengthening the preservation of documentary memory.

KEYWORDS: Document Management. Phenomenology. Lived Experience. Archival Practices.

1 INTRODUÇÃO

A gestão de documentos nas instituições públicas de ensino configura-se como potencial estratégia para assegurar a memória institucional, garantir a legalidade dos processos e promover a efetividade administrativa. Nessa perspectiva, Schellemborg (2006) destaca que a gestão de documentos deve considerar os valores atribuídos aos documentos, tanto os relacionados ao uso administrativo imediato (valor primário), quanto aqueles ligados à preservação da memória e da história institucional (valor secundário)¹.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar o percurso metodológico e as interpretações finais de uma pesquisa fenomenológica realizada no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – *Campus* Uberlândia sobre os sentidos atribuídos à gestão documental por servidoras técnico-administrativas.

No cenário contemporâneo, a Arquivologia² tem enfrentado desafios crescentes diante do avanço das tecnologias digitais e das transformações nos modos de produção, circulação e preservação da informação. Conforme destacam Jardim (2015) e Costa Filho (2016), a crescente digitalização dos processos administrativos e a multiplicidade de suportes e formatos documentais estabelecem novas exigências às práticas arquivísticas institucionais. Esses desafios incluem, desde a definição de critérios para a autenticidade e integridade dos documentos digitais, até a necessidade de reconfiguração das políticas de gestão e preservação. Nesse contexto se faz imperioso refletir sobre as formas de

¹ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 171): “valor primário é o valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais, enquanto valor secundário é o valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido”.

² Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 37), a “Arquivística ou Arquivologia é uma disciplina que estuda as funções do arquivo os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”.

organização documental, bem como compreender como os indivíduos que atuam diretamente nos arquivos experienciam tais transformações em seu cotidiano.

Bellotto (2006) complementa essa visão ao afirmar que a gestão documental envolve não apenas técnicas de controle e organização, mas também decisões informadas sobre a destinação de documentos, as quais devem considerar o contexto de produção e os vínculos administrativos e históricos. Indolfo (2008) destaca que programas estruturados são essenciais, pois apoiam a tomada de decisões, asseguram a continuidade das atividades administrativas e garantem a preservação de documentos com valor permanente.

Entretanto, a proximidade cotidiana com este objeto de estudo nos permite inferir que, em muitas instituições, a gestão documental ainda parece se caracterizar por iniciativas fragmentadas, marcadas pela ausência de normativas consolidadas e uma pouca valorização da experiência cotidiana dos que lidam diretamente com os documentos. No IFTM – *Campus* Uberlândia, a realidade, seguindo a lógica descrita, parece se manifestar em desafios concretos enfrentados por servidoras técnico-administrativos, em sua maioria do sexo feminino, cuja atuação, em grande parte ocorre sem formação específica em Arquivologia, ainda que a instituição conte com um profissional da área.

Diante desse cenário, a pesquisa de mestrado que deu origem a este artigo objetivou compreender como as servidoras vivenciam e atribuem sentidos à gestão documental no contexto institucional, mesmo não sendo esta a especificidade de seus cargos³. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na Fenomenologia de Edmund Husserl, cujos conceitos de intencionalidade, *noema*, *noese* e *epoché* oferecem subsídios teóricos e metodológicos para uma escuta sensível e uma análise centrada na vivência das participantes.

Trata-se, assim, de um relato metodológico em que buscamos contribuir com outras pesquisas no campo da Arquivologia e da Educação Tecnológica Profissional (EPT), especialmente aquelas voltadas aos aspectos humanos e subjetivos envolvidos na gestão de documentos. Ao assumir a experiência como central na investigação, torna-se possível compreender como o fazer arquivístico é aprendido no cotidiano institucional, não apenas como prática técnica, mas como construção social subjetiva atravessada por sentidos, memórias e relações humanas.

³ Na pesquisa de mestrado realizada, participaram apenas servidoras do sexo feminino dos setores secretaria acadêmica, assistência estudantil e coordenação de estágio.

O IFTM – *Campus* Uberlândia é caracterizado por um cenário arquivístico híbrido, marcado pela circulação simultânea de documentos físicos e digitais desde 2018. Neste contexto, processos administrativos convivem com rotinas manuais, sistemas distintos de tramitação e ausência de um arquivo central institucionalizado. Essa configuração evidencia a ausência de uma política arquivística institucional consolidada e reforça a pertinência de investigar, a partir da experiência vivida pelas servidoras, como esses documentos são produzidos, organizados, significados e mobilizados no cotidiano.

Campo empírico da pesquisa, o IFTM – *Campus* Uberlândia, possui uma dinâmica de gestão documental marcada pela coexistência entre práticas tradicionais de arquivamento e fluxos digitais em expansão. A instituição não dispõe de um arquivo central estruturado, e a produção documental permanece distribuída entre setores como secretaria acadêmica, assistência estudantil e coordenação de estágio. Essa organização descentralizada resulta em práticas heterogêneas, ausência de padronização e dificuldades de recuperação da informação, configurando um cenário em que cada setor desenvolve estratégias próprias conforme suas necessidades imediatas.

Nesse sentido, evidencia-se que a introdução da temática não se limita a um problema operacional, mas envolve dimensões políticas, tecnológicas e humanas que moldam a prática arquivística no cotidiano institucional. Na direção deste entendimento, esta pesquisa justifica-se não apenas pela lacuna acadêmica, mas pela urgência institucional em compreender como as servidoras, na prática, sustentam a continuidade documental do *campus*.

2 GESTÃO DOCUMENTAL: BASES TEÓRICAS E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS

A literatura arquivística tem evidenciado que a gestão de documentos não se limita a um conjunto de técnicas de organização, mas constitui um processo político-institucional que sustenta a memória, a transparência e a governança pública (Bellotto, 2014; Jardim, 2015). Neste prisma, a gestão documental envolve um conjunto de procedimentos voltados ao controle das informações, à recuperação eficiente dos dados institucionais e à preservação da memória organizacional, elementos fundamentais para o funcionamento das instituições públicas, como destacam Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (2004).

Se, por um lado, a clássica distinção de Schelleberg (2006) entre valores primários e secundários estruturou a arquivística moderna, por outro, autores contemporâneos como Indolfo (2008) e Costa Filho (2016) demonstram que a emergência dos documentos digitais

fragiliza modelos tradicionais e exige revisões conceituais mais profundas, sobretudo diante da crescente complexidade dos ambientes digitais.

Bellotto (2006) reforça que, na ausência de políticas arquivísticas institucionalizadas, a gestão documental tende a se fragmentar, resultando em práticas descontinuadas e vulneráveis, sobretudo em ambientes públicos onde a definição de responsabilidades não está consolidada. Essa condição amplia tensões e evidencia a necessidade de programas estruturados de gestão, como defende Indolfo (2008), quando ressalta a importância de diretrizes claras que sustentem a continuidade administrativa.

Nesse debate, destaca-se ainda o modelo clássico do Ciclo de Vida dos Documentos, estruturado por Schellemborg (2006) e amplamente difundido no Brasil. Este modelo organiza a existência documental em três idades: corrente, intermediária e permanente, oferecendo parâmetros importantes para avaliação e destinação. Contudo, diante dos ambientes digitais contemporâneos, essa lógica linear apresenta fragilidades significativas, pois documentos digitais circulam simultaneamente em diferentes sistemas, camadas tecnológicas e etapas de uso, o que dificulta a aplicação de uma separação rígida entre fases. Em função disso, abordagens integradas como o *Records Continuum*⁴ têm sido discutidas na literatura, ao defender que os processos de produção, organização, manutenção, uso e preservação ocorrem de maneira contínua e inter-relacionada.

De forma sintética, o *Records Continuum* propõe uma compreensão espaço-temporal dos documentos, rompendo com a linearidade do ciclo de vida. De acordo com esta abordagem, as fases sucessivas dão lugar à criação, captura, organização e pluralização, que ocorrem simultaneamente, permitindo que um documento funcione ao mesmo tempo como evidência, memória e instrumento de *accountability*. Como destacam Costa Filho e Sousa (2017), essa abordagem privilegia os contextos e relações em que os documentos circulam, tornando-se mais adequada para lidar com a fluidez dos ambientes digitais.

Além disso, a consolidação de Normativas Nacionais como a Resolução CONARQ nº 37/2012⁵ e a Resolução CONARQ nº 39/2014⁶, juntamente com as diretrizes da ABNT

⁴ O modelo *Records Continuum*, apresentado por Jay Atherton em 1985, questiona a concepção linear do ciclo de vida dos documentos e a transferência sucessiva de responsabilidade entre fases da gestão documental, propondo uma abordagem integrada e contínua.

⁵ Resolução que aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais.

⁶ Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

NBR ISO 15489/2018⁷, reforçam a necessidade de garantir autenticidade, integridade, confiabilidade e interoperabilidade aos documentos digitais. As Portarias MEC nº 315/2018⁸, nº 332/2020 e nº 360/2022⁹, que regulamentam a digitalização de acervos acadêmicos, também evidenciam essa exigência, apontando que a gestão documental digital deve ser acompanhada de políticas institucionais robustas e alinhadas às práticas contemporâneas.

Miguéis (2023) destaca exatamente esse limite ao afirmar que a rigidez do ciclo de vida desconsidera relações interdependentes entre setores e sistemas, o que gera distanciamentos operacionais, característica também presente no contexto investigado. Como explica a autora, o ciclo de vida tradicional “[...] ignora muitas das formas pelas quais a gestão documental está inter-relacionada e até entrelaçada [produzindo] um certo afastamento entre os profissionais que atuam nas diferentes fases” (Miguéis, 2023, p. 5).

Nesse ponto, torna-se possível aproximar as tensões teóricas do cotidiano institucional investigado. As instituições federais de ensino enfrentam desafios específicos: ausência de políticas arquivísticas consolidadas, improvisações cotidianas, fragilidade de instrumentos de gestão e carência de processos normativos integrados. Como indicam Bellotto (2006) e Jardim (2015), esses elementos não são apenas operacionais, mas estruturantes da forma como as instituições produzem, administram e preservam sua memória. Essa realidade dialoga com a análise de Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (2004), que destacam que a ausência de investimento institucional e de pessoal especializado tende a produzir acervos desorganizados e dificuldades de acesso à informação, comprometendo a eficiência administrativa e a preservação documental. As falas apresentadas a seguir são excertos das participantes, identificadas por pseudônimos¹⁰, conforme procedimento ético descrito na próxima seção, preservando suas identidades e garantindo a integridade da análise fenomenológica.

Conforme afirmou Maria Antonieta, “[...] o setor trabalhava com quatro pessoas, agora com três [...] a gente não teve condições de terminar a organização”, expondo como a fragilidade estrutural influenciou a manutenção e o desenvolvimento das atividades

⁷ ABNT ISO 15489-1:2018, Informação e documentação – Gestão de documento de arquivo Parte 1; Conceitos e princípios - foi elaborada no Comitê Brasileiro de Informação e Documentação (ABNT/CB-014), pela Comissão de Estudo de Gestão de Documentos Arquivísticos.

⁸ Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

⁹ Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. (Brasil, 2022).

¹⁰ Ao todo, participaram 04 servidoras, as quais foram identificadas como: Maria Antonieta, Catarina de Médiç, Leonor de Aquitana e Margaret de Valois.

documentais. Assim, compreender como servidores vivenciam tais práticas, objetivo deste estudo, exige incorporar a dimensão subjetiva da experiência, revelando sentidos que escapam aos modelos técnico-normativos.

O IFTM – *Campus* Uberlândia apresenta um cenário arquivístico marcado pela coexistência de acervos físicos e fluxos digitais ainda incipientes. Setores como secretaria acadêmica, assistência estudantil e coordenação de estágio concentram a maior parte da produção documental, embora nenhuma das servidoras que atuam nestes setores dispõe de formação específica em Arquivologia, como identificado também na dissertação do primeiro autor deste texto.

A inexistência de um arquivo central, aliada à descentralização dos documentos e à falta de padronização, faz com que cada setor desenvolva métodos próprios de organização, o que aprofunda desigualdades e impede a construção de um fluxo documental integrado. Essa fragmentação revela um distanciamento entre setores e sistemas, dificultando a coerência informacional e ampliando o acúmulo de tarefas, a ausência de padronização e a sobrecarga das servidoras que lidam cotidianamente com documentos institucionais.

Desde 2018 os arquivos do IFTM – *Campus* Uberlândia passaram a ser produzidos e tramitados também em meio digital, o que resultou na coexistência atual entre documentos físicos e digitais. Embora tenha oportunizado mais facilidade no acesso aos documentos, essa dupla materialidade agravou desafios de autenticidade, padronização e integração entre sistemas. Como afirma Margaret de Valois, “[...] o digital já ajuda bastante [...], mas ainda falta ajustar muita coisa”, indicando como a transição tecnológica ocorreu sem preparo adequado.

Esse quadro institucional reproduz características discutidas por Miguéis (2023) ao analisar as limitações do ciclo de vida tradicional. A autora aponta que, nesse modelo, há “[...] uma estrita delimitação das operações técnicas dentro de cada fase [produzindo] um certo afastamento entre os profissionais que atuam nas diferentes fases” (Miguéis, 2023, p. 5). Tal descrição corresponde diretamente ao modo como os setores do *campus* operam, cada qual atuando sobre uma parte do fluxo documental sem integração sistêmica.

Estudos internos revelam a ausência de uma política arquivística institucional, a inexistência de instrumentos normalizados como Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e Código de Classificação (CC), além de práticas organizacionais marcadas por improvisação, sobrecarga e acúmulo de documentos. Apesar disso, a existência da Comissão de Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) ainda não resultou em

processos de eliminação eficazes, o que aprofunda o acúmulo, conforme preconizado por Maria Antonieta: “A gente guarda tudo porque não sabe o que pode descartar”, Em sua fala, a participante ainda explicita a consequência direta da inexistência de uma TTD institucionalizada. Catarina de Médici evidencia a falta de integração ao afirmar: “o setor de estágio faz no DOCs¹¹ [...], mas uma coisa não conversa com a outra [...]”.

Do ponto de vista teórico, o funcionamento documental do *campus* ainda reflete a lógica linear e custodial da teoria das três idades. Miguéis (2023) explica que essa abordagem se baseia em uma distinção entre as dimensões de espaço e tempo, reduzindo a complexidade das práticas documentais e dificultando uma visão integrada dos fluxos institucionais. Essa perspectiva ajuda a compreender por que a gestão documental do *campus* se estrutura de forma fragmentada, com cada setor atuando segundo sua própria lógica e sem coordenação centralizada.

As críticas apresentadas por Miguéis (2023) iluminam a necessidade de modelos mais integrados e colaborativos, como o *Records Continuum*, que amplia as possibilidades de interpretação e sistemas de manutenção dos documentos e enfatiza a cooperação além das paredes dos repositórios (Miguéis, 2023). O contraste entre esse modelo e a realidade do *campus* reforça a importância de compreender como as servidoras constroem sentidos diante de um sistema documental marcado por tensões, lacunas e falta de padronização.

Essa realidade concreta constitui o pano de fundo no qual as participantes vivenciam a gestão documental e atribuem sentidos ao fazer arquivístico contexto essencial para interpretar fenomenologicamente suas experiências. Assim, as vivências observadas emergem dentro de um ambiente organizacional atravessado pelas limitações apontadas por Miguéis (2023), sendo esse horizonte institucional o que torna possível compreender os significados, percepções e modos de atuação revelados pelas servidoras no encontro fenomenológico.

¹¹ O VirtuallF, foi desenvolvido pelo IFTM, sendo o DOCs um módulo de elaboração de documentos dentro do VirtuallF. É Módulo Administrativo de elaboração, cadastramento, protocolo, assinatura e tramitação de documentos oficiais eletrônicos do IFTM, foi desenvolvido para que todos os servidores, gestores e membros das equipes dos setores de Protocolo/Gestão de documentos do IFTM possam registrar e buscar informações referentes aos documentos institucionais. Disponível em: <https://iftm.edu.br/dgpinfo/informativos/papel-zero.html>

3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa adotou a abordagem fenomenológica de Edmund Husserl como base para a compreensão da experiência vivida pelas participantes.

Nesse sentido, a fenomenologia busca descrever a experiência tal como ela se manifesta à consciência, orientando-se pelo princípio do “retorno às coisas mesmas”, conforme fórmula de Husserl (2008), ao defender que a investigação fenomenológica deve partir daquilo que se mostra na vivência e não de pressupostos teóricos prévios. Tal compreensão está em consonância com a própria definição husserliana de fenomenologia como uma “[...] doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento” (Husserl, 2008, p. 22), evidenciando que sua proposta não se limita à descrição empírica, mas busca apreender as estruturas essenciais da experiência e do conhecer.

No plano histórico-filosófico, Andrade (2025) destaca que o pensador que inaugura a Fenomenologia como uma espécie de “paternidade” é o filósofo matemático Edmund Husserl, especialmente a partir de suas *Investigações Lógicas* (1900-1901), seguido por Scheler (com ênfase na Filosofia dos valores) e Hartmann (com ênfase no problematismo). Trata-se de um momento crítico de revisão e fragmentação da filosofia em escolas contemporâneas, marcado por diferentes “ismos”: criticismo, humanismo, positivismo, intuicionismo, atualismo, pragmatismo e, posteriormente, o existencialismo que atribuíram à Fenomenologia características fortemente hermenêuticas. Nesse contexto, Husserl retoma a categoria de fenômeno em diálogo com a tradição kantiana, especialmente com a *Crítica da Razão Pura*, recolocando em exame o estatuto do que se manifesta à consciência.

Neste horizonte de constituição histórica e filosófica, a Fenomenologia emerge no campo das reflexões a partir das contribuições de Husserl (1859-1938), desenvolvidas na Alemanha no final do século XIX, com o objetivo de conferir à Filosofia um estatuto metodológico equivalente ao das demais ciências, promovendo maior rigor e reconhecimento nas investigações acadêmicas (Zoppo; Lelis; Vosgerau, 2024). Esses autores destacam ainda que Husserl não apenas fundou esse campo do saber, como também estabeleceu a Fenomenologia como um método rigoroso de acesso às experiências, e, no caso em foco, vivida pelas participantes.

Nesse sentido, Dartigues (1992), observa que Husserl concebe a Fenomenologia como uma ciência dos fenômenos, sendo estes entendidos como aquilo que se apresenta

de forma imediata à consciência humana. Essa compreensão encontra respaldo nas formulações do próprio Husserl, ao afirmar que a fenomenologia se orienta para a investigação rigorosa das vivências da consciência e das essências do conhecimento, buscando apreender os fenômenos tal como se manifestam na experiência. Nesse sentido, a fenomenologia configura-se como ciência dos fenômenos cognitivos enquanto vividos, voltada à análise do modo como os objetos aparecem à consciência e são significados na experiência (Husserl, 2008)

Dartigues (1992), destaca ainda que:

[...] enquanto a Fenomenologia do tipo *kantiano* concebe o ser como o que limita a pretensão do fenômeno ao mesmo tempo em que ele próprio permanece fora do alcance, enquanto inversamente, na Fenomenologia *hegeliana*, o fenômeno é reabsorvido num conhecimento sistemático do ser, a Fenomenologia *husserliana* se propõe como fazendo ela própria, às vezes, de ontologia pois, segundo Husserl, o sentido do ser e o do fenômeno não podem ser dissociados (Dartigues, 1992, p. 3).

Com base nessa compreensão, a Fenomenologia se distingue das abordagens positivistas, centradas na objetividade estrita dos fatos, ao reivindicar o retorno “às coisas mesmas”, isto é, à experiência tal como se apresenta à consciência, sem mediações teóricas prévias (Zoppo; Lelis; Vosgerau, 2024). Dessa perspectiva, o fenômeno é apreendido a partir de uma atitude intencional e descritiva, que busca suspender julgamentos prévios para alcançar o sentido puro da vivência. Assim, a Fenomenologia permite compreender e nomear os fenômenos a partir da experiência, revelando sentidos singulares no interior da vivência humana. No cerne da proposta husserliana, encontra-se o conceito de intencionalidade.

Um dos fundamentos centrais da Fenomenologia, conforme destaca Corrêa (1997), é exatamente essa intencionalidade da consciência, entendida como sua orientação constante para algo que se mostra. A consciência é sempre consciência de alguma coisa, e esse algo, por sua vez, só se configura como objeto na medida em que se refere a um sujeito. Assim, consciência e objeto não existem como entidades isoladas na natureza, mas se constituem desde a correlação entre ambos. Nesse contexto, Dartigues (1992, p. 26) afirma: “[...] a consciência é sempre consciência de alguma coisa [...]”.

Para que o fenômeno possa se mostrar como é vivido pelo sujeito, a Fenomenologia propõe a adoção da *epoché* ou *ἐποχή*, no original grego. Trata-se de colocar entre parênteses, como uma suspensão do juízo, no sentido de não aceitar de imediato determinada proposição como verdade “naturalmente” apresentada. Essa postura exige que o pesquisador abandone temporariamente suas crenças e interpretações prévias,

abrindo-se à manifestação autêntica da experiência (Martins; Bicudo, 2006). Nesse sentido, Husserl (2008) destaca que tal suspensão implica evitar a chamada “atitude natural” na percepção e análise do fenômeno, condição necessária para o rigor metodológico da investigação fenomenológica. Complementando, Tourinho (2013) esclarece que a *epoché* não implica negar a existência do mundo ou dos sujeitos, mas suspender o julgamento sobre essa existência para compreender como os fenômenos aparecem na vivência imediata da consciência.

Dessa forma, evita-se pressupostos teóricos ou concepções prévias, concentrando-se na experiência tal como ela é vivida. A *epoché* permite que o pesquisador adote uma postura de escuta genuína e abertura radical diante das experiências narradas, favorecendo a descrição fiel dos sentidos que emergem da vivência, sem a imposição de categorias externas que poderiam distorcer a interpretação fenomenológica.

No contexto desta pesquisa, a operacionalização da análise fenomenológica ocorreu mediante um procedimento sistemático. Inicialmente, foram identificadas unidades de significado a partir da leitura integral da transcrição da roda de conversa, observando-se trechos que expressavam sentidos intencionais relevantes. Em seguida, realizou-se um movimento interpretativo orientado pela *epoché*, no qual cada fragmento foi analisado suspensivamente, linha a linha, evitando julgamentos prévios ou categorias externas. A partir disso, os significados emergentes foram articulados com os conceitos de noema (conteúdo percebido) e *noese* (modo como esse conteúdo é vivido pela consciência). Essa articulação guiou a formação das três categorias analíticas: compreensão, vivência e atribuição de sentidos.

Para fins de síntese metodológica, apresenta-se a Figura 1, que ilustra a relação entre *noese* (modo de viver a experiência) e noema (conteúdo percebido), evidenciando como essa articulação orientou a construção das categorias analíticas da pesquisa.

Essa postura metodológica foi decisiva, uma vez que o pesquisador ocupa o cargo de técnico em arquivo na instituição. Sendo assim, precisou suspender sua compreensão técnica prévia sobre gestão documental para permitir que as experiências narradas emergissem com autenticidade. Essa suspensão possibilitou captar nuances do cotidiano, como sobrecarga, improvisação e ausência de reconhecimento institucional, que dificilmente seriam percebidas por métodos normativos.

Figura 1 – Articulação entre experiência, noese e noema e categorias da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

No contexto da pesquisa de mestrado desenvolvida, sustentáculo deste artigo, o exercício da *epoché* manifestou-se principalmente durante a escuta das servidoras numa roda de conversa. O pesquisador, ciente de sua própria experiência com o cargo que ocupa na instituição, precisou deliberadamente suspender julgamentos sobre o que seria uma “boa prática” arquivística, concentrando-se na forma como as participantes significavam suas ações e desafios. Essa suspensão de pressupostos técnicos permitiu que o fenômeno da gestão documental se revelasse em sua complexidade vivida, permeado por afetos, estratégias de improviso, sentidos de responsabilidade e ausência de necessidade de reconhecimento institucional.

Indo além, distinguem-se dois polos essenciais da estrutura da experiência: a *noese* e o *noema νοῦσις* e *νοῦμα*. A *noese* refere-se ao ato intencional (o modo de viver algo). Já o *noema* corresponde ao conteúdo ou sentido objetivo da vivência, isto é, ao modo como o objeto é dado à consciência.

Conforme analisa Tourinho (2013), o *noema* não é o objeto empírico em si, mas o objeto tal como aparece à consciência, estruturado a partir da vivência intencional. A *noese* constitui o ato subjetivo da consciência, enquanto o *noema* estrutura-se como o “fenômeno”, a coisa como se manifesta à consciência. Essa distinção permite compreender que cada experiência é composta, tanto pela forma como o sujeito vive o ato (*noese*) quanto pelo conteúdo que se apresenta nesse ato (*noema*), revelando a riqueza da experiência vivida como estrutura intencional.

Dito isto, a adoção da Fenomenologia permitiu apreender os sentidos vividos na gestão documental para além das normas e procedimentos técnicos. Tal abordagem

sustenta a escuta atenta às experiências, valorizando as interpretações singulares das servidoras sobre suas práticas cotidianas. Assim, o referencial fenomenológico sedimenta a possibilidade de compreender a gestão documental a partir das vivências, articulando intencionalidade, *noese* e *noema* ao rigor analítico da pesquisa.

Nesse sentido, o referencial fenomenológico não se limita a justificar a escolha metodológica, mas fundamenta a própria possibilidade de compreender a gestão documental a partir das vivências das servidoras reconhecendo que práticas, dificuldades, valores e significados emergem na maneira como elas percebem, organizam e interpretam os documentos. Assim, a Fenomenologia fornece o suporte teórico que permite articular as falas apresentadas nas seções seguintes com os conceitos de intencionalidade, *noese* e *noema*, fortalecendo o rigor analítico da pesquisa.

Na pesquisa em tela, ao adotar essa perspectiva, procuramos acessar dimensões muitas vezes invisibilizadas nos estudos tradicionais sobre gestão documental a saber: dificuldades percebidas, estratégias de enfrentamento, atribuições de valor e representações que atravessam a prática arquivística no contexto institucional, especificamente analisada nesta pesquisa por meio da reflexão sobre a experiência de quatro servidoras que trabalham nos setores: secretaria acadêmica, assistência estudantil e coordenação de estágio. Elas participaram simultaneamente de uma roda de conversa que ocorreu em junho/2025, com duração aproximada de 40 min, em ambiente reservado no IFTM – *Campus* Uberlândia. Os dados foram integralmente analisados após validação das transcrições pelas participantes, constituindo o *corpus* final da pesquisa.

4 TRAJETÓRIA DA PESQUISA - FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS

A pesquisa insere-se no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – *Campus* Uberaba e tem como foco compreender como as servidoras técnico-administrativas do IFTM – *Campus* Uberlândia vivenciam e atribuem sentidos à gestão de documentos em seu cotidiano. A escolha da temática fundamentou-se na vivência direta do primeiro autor, que atua como técnico em arquivo na instituição, permitindo vislumbrar práticas documentais por vezes fragmentadas, carência de diretrizes consolidadas e ausência de uma política arquivística institucional.

Situação semelhante é discutida por Mogarro (2006), ao apontar que, em muitas escolas, os arquivos permanecem dispersos, alocados em espaços inadequados e desprovidos de critérios de organização, comprometendo não apenas a preservação

documental, mas também a memória institucional e o papel educativo do arquivo. Conforme ressalta a autora, a inexistência de políticas efetivas ameaça a identidade documental e cultural das instituições, reforçando a importância de diretrizes que orientem práticas de organização consistentes.

Para o desenvolvimento da investigação e conforme já anunciado, foram definidas como participantes as servidoras que atuam diretamente com a gestão documental em três setores estratégicos: a secretaria acadêmica, a assistência estudantil e a coordenação de estágio. Participaram da pesquisa quatro servidoras técnico-administrativas distribuídas entre esses setores. Nenhuma delas possui formação específica em Arquivologia, o que evidencia o caráter empírico de suas práticas e reforça a necessidade de compreender como produzem sentidos sobre o fazer arquivístico. A definição desses setores ocorreu de forma intencional, dado seu papel central na produção, organização e guarda dos documentos institucionais.

No que se refere ao cenário empírico, no contexto institucional do IFTM – *Campus* Uberlândia, estima-se que o acervo físico acumulado ao longo de sua trajetória ultrapasse dezenas de metros lineares de documentação, distribuídos de forma descentralizada entre setores como secretaria acadêmica, assistência estudantil, estágio, coordenações e departamentos administrativos. Paralelamente, desde 2018, o *campus* passou a produzir e tramitar documentos também em meio digital, principalmente por meio do sistema DOCs e, mais recentemente, do VirtuallF. Entretanto, esses sistemas não operam de forma integrada, ocasionando duplicidade de fluxos, retrabalho e inconsistências no registro das informações. A instituição não dispõe de um arquivo central estruturado, e cada setor organiza seus próprios documentos conforme suas demandas e condições físicas. Apesar da existência da CPAD, a ausência de processos efetivos de eliminação contribui para o acúmulo de documentos e evidencia a necessidade de diretrizes unificadas.

Com o propósito de apreender os fenômenos a partir das vivências das participantes, optou-se pela realização de uma roda de conversa, inspirada em pressupostos de escuta horizontal e colaborativa. Essa escolha metodológica encontra respaldo em Gaskell (2008), ao conceber o grupo de discussão como espaço de debate aberto, sem hierarquias, voltado a interesses comuns. Ribeiro, Souza e Sampaio (2018) entendem a conversa como uma metodologia da presença, que convoca a escuta sensível e a construção compartilhada de sentidos. Nessa mesma direção, Certeau (2014) identifica na “arte de conversar” a produção de um tecido discursivo coletivo, no qual emergem modos de significar a experiência.

A roda de conversa foi cuidadosamente planejada e antecedida pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As participantes foram convidadas a narrar suas vivências com a gestão documental, com total liberdade para escolher o que compartilhar. Após autorização, a conversa foi gravada em áudio, transcrita integralmente e devolvida às servidoras para validação, permitindo que ajustassem, complementassem ou suprimissem trechos. Essa etapa assegurou fidelidade ao vivido e reforçou o compromisso ético da pesquisa.

Durante o encontro, buscou-se adotar uma postura de escuta fenomenológica, suspendendo julgamentos prévios e acolhendo as falas de modo aberto e respeitoso. Nessa perspectiva, “[...] as vivências são vivências do eu que vive, e nessa medida referem-se empiricamente às objectividades da natureza” (Husserl, 2008, p. 13), o que esteia essa compreensão de que a experiência vivida, tal como narrada pelos sujeitos, constitui um ponto legítimo de acesso ao fenômeno investigado. Nessa conjuntura, as servidoras compartilharam suas trajetórias, dificuldades enfrentadas, estratégias de organização de acervos físico e digital, e percepções sobre as lacunas institucionais na gestão documental.

Embora as participantes tenham autorizado o uso de seus nomes reais, optou-se pela adoção de pseudônimos como estratégia ética para preservar suas identidades, sobretudo pela proximidade da pesquisa com o ambiente laboral e pela possibilidade de constrangimentos nas rotinas de trabalho. Os pseudônimos escolhidos, Catarina de Médici, Maria Antonieta, Leonor de Aquitânia e Margaret de Valois foram inspirados em rainhas francesas, em referência à relevância histórica da França na institucionalização da Arquivística moderna, especialmente após a criação dos *Archives Nationales*¹². Além do cuidado ético, esse simbolismo reforça a dimensão histórica da narrativa arquivística.

A adoção desses pseudônimos, além de garantir o cuidado ético necessário, reforça a dimensão simbólica atribuída às trajetórias das participantes, associando suas experiências à própria historicidade do campo arquivístico e valorizando a narrativa como instrumento de compreensão fenomenológica.

As participantes ingressaram no IFTM em momentos distintos de sua trajetória institucional: algumas vivenciaram a fase do Colégio Agrícola e da Escola Agrotécnica; outras chegaram durante a expansão dos Institutos Federais. Essa diversidade temporal

¹² Os *Archives Nationales* foram criados pela Assembleia Nacional Constituinte em 12 de setembro de 1790, surgiram durante a Revolução Francesa como órgão central para reunir e preservar os documentos do Estado. A lei de 7 de Messidor, Ano II (1794) consolidou sua função pública e os princípios de centralização, acesso gratuito e rede nacional de arquivo. Disponível em: <https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/web/guest/histoire-de-l-institution>. Acesso em: 22 dez. 2025.

ampliou a riqueza das narrativas e permitiu observar continuidades e rupturas na prática arquivística. A pluralidade de trajetórias revelou diferentes modos de aprender e significar a gestão documental. A realização da roda de conversa configurou-se como experiência dialógica significativa. O ambiente de confiança instaurado favoreceu a partilha autêntica das vivências, possibilitando não apenas a descrição de procedimentos, mas a explicitação de sentidos, sentimentos e valores associados ao trabalho documental. Esse espaço coletivo de escuta revelou singularidades e convergências nas formas de compreender o fazer arquivístico, constituindo base fundamental para a análise fenomenológica.

Apesar do comprometimento das servidoras, a ausência de formação específica em Arquivologia acentua desafios que poderiam ser minimizados por políticas institucionais de formação continuada. Bellotto (2014) destaca que a qualificação técnica nos arquivos está diretamente vinculada ao investimento em formação permanente; improvisações não planejadas marcaram negativamente diversas instituições brasileiras, comprometendo a integridade de seus acervos e sua função social.

Ao final desta etapa metodológica, torna-se possível articular as narrativas construídas na roda de conversa com as categorias fenomenológicas apresentadas anteriormente, preparando o terreno para a análise que se desenvolve nas seções seguintes. É precisamente nesse ponto que os sentidos atribuídos pelas participantes começam a emergir como fundamento para a compreensão fenomenológica da gestão documental no IFTM. A análise dos relatos oportunizados pela roda de conversa foi conduzida a partir dos pressupostos da Fenomenologia *husserliana*, como já mencionado, com o objetivo de captar e descrever os sentidos intencionais atribuídos pelas participantes às suas experiências com a gestão documental no IFTM – *Campus* Uberlândia. Esse processo envolveu o exercício constante da *epoché*, que se constituiu na suspensão dos juízos prévios, especialmente em relação às normas e práticas consideradas ideais do ponto de vista arquivístico.

A primeira fase da análise consistiu na leitura compreensiva e descritiva da transcrição, realizada de forma repetitiva, com o intuito de captar a tonalidade emocional, as expressões singulares e os temas que emergiram das falas. Diferentemente de abordagens baseadas em codificações categoriais superficiais, a leitura fenomenológica busca alcançar o movimento da consciência, observando os focos de atenção, os sentidos atribuídos e os direcionamentos da intencionalidade vivida.

Na sequência, buscou-se a identificação de unidades de significado, ou seja, fragmentos das falas que expressassem conteúdos carregados de sentido em relação ao

fenômeno estudado. Esses trechos foram agrupados em núcleos temáticos provisórios, respeitando a singularidade da experiência de cada sujeito e evitando generalizações indevidas.

A etapa seguinte consistiu na articulação entre os conceitos de noema e noese, fundamentais na análise fenomenológica. O noema refere-se àquilo que é percebido como fenômeno, enquanto a noese diz respeito ao ato consciente que confere sentido àquilo que é vivido. A aplicação desses conceitos permitiu identificar como as participantes elaboram e significam suas experiências com a gestão documental, revelando camadas profundas de significação.

Nesse ponto da análise, tornou-se evidente que várias falas das participantes apresentavam essa estrutura intencional. Por exemplo, quando Maria Antonieta afirma que: “[...] a gente guarda tudo porque não sabe o que pode descartar”, identifica-se como noema a percepção objetiva da ausência de diretrizes, enquanto a noese se manifesta no sentimento de sobrecarga e insegurança que acompanha essa prática cotidiana. Esse exemplo revela como o fenômeno documental ultrapassa aspectos puramente técnicos, envolvendo dimensões afetivas e situacionais.

Como os dados já foram integralmente analisados, apresentamos aqui um exemplo adicional da aplicação desses conceitos. Quando uma participante relata dificuldades para organizar documentos devido à ausência de orientações claras, identifica-se como noema o conteúdo da experiência a percepção da ausência de diretrizes. Já a noese manifesta-se na forma como essa ausência é vivida e compreendida: como insegurança, frustração ou esforço de improvisação. Essa correlação evidencia como cada falha estrutural é vivida subjetivamente pelas servidoras.

Outra expressão clara dessa relação aparece na fala de Catarina de Médici, quando descreve que “[...] uma coisa não conversa com a outra” ao comparar o DOCs e os fluxos físicos. O noema é a constatação da incongruência entre sistemas; a noese se manifesta como sensação de retrabalho e duplicidade, traduzindo um cotidiano marcado por descontinuidades.

Cabe acentuar que, ao longo da análise, o pesquisador procurou manter um diálogo reflexivo de acompanhamento, buscando captar os sentidos que emergiam durante o contato com as falas. Essa postura contribuiu para refinar a escuta Fenomenológica, assegurando coerência entre os fundamentos teóricos e os procedimentos adotados.

Na direção do já anunciado, todo o processo analítico foi pautado pelo compromisso com a escuta sensível, com a preservação da subjetividade das participantes e com o rigor

metodológico exigido pela Fenomenologia. Não se buscou a produção de categorias fixas ou de explicações generalizantes, mas sim o desvelamento dos sentidos às práticas documentais a partir do ponto de vista de quem as vive cotidianamente.

Conforme anunciado, esse movimento analítico permitiu identificar três eixos estruturantes: compreensão, vivência e atribuição de sentidos, os quais serão aprofundados nas subseções seguintes. Cada eixo emerge diretamente da intencionalidade presente nas falas, revelando como as servidoras percebem, experienciam e significam o fazer arquivístico em um contexto marcado por tensões, fragmentações e esforços contínuos de manutenção do cotidiano documental.

4.1 COMPREENSÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO DOCUMENTAL

A categoria compreensão refere-se à maneira como as servidoras percebem o processo de gestão documental, seus mecanismos institucionais, suas falhas e suas possibilidades de aprimoramento. Na Fenomenologia *husserliana*, essa percepção consciente é explicada pelo conceito de intencionalidade, entendido como a direção da consciência a algo, conferindo sentido aos objetos conforme são experienciados pelos sujeitos.

Nessa direção, os relatos das servidoras revelam uma consciência crítica sobre os desafios enfrentados, como a ausência de capacitação, a fragmentação de sistemas e a indefinição de responsabilidades. Isso é evidente quando Margaret de Valois relata: “Não foi dado um curso inicial sobre o DOCs e o PEI¹³ [...] fui catando informação aqui e ali [...]”. A mesma servidora acrescenta que “[...] a gestão do instituto como um todo [...] não se especificou em como vai fazer, quem vai fazer, além da falta de pessoal”, referindo-se à organização de documentos na instituição. Apontando outro aspecto, Maria Antonieta ressalta: “O setor trabalhava com quatro pessoas, agora com três [...] a gente não teve condições de terminar a organização”, evidenciando como a redução de pessoal impacta diretamente a continuidade das atividades documentais.

Esses relatos se aproximam da crítica apresentada por Jardim (2015), ao destacar que a ausência de políticas arquivísticas estruturadas tende a empurrar o trabalho

¹³ O PEI, Módulo Administrativo de abertura, tramitação, gestão e arquivamento dos processos eletrônicos do IFTM, foi desenvolvido para que todos os servidores, gestores e membros das equipes de dos setores de Protocolo / Gestão de documentos do IFTM possam registrar e buscar informações referentes aos processos administrativos. Disponível em: <https://iftm.edu.br/dgpinform/informativos/papel-zero.html>

documental para improvisações cotidianas, fragilizando tanto a continuidade administrativa quanto a preservação da memória institucional. Deste modo, essas falas evidenciam uma percepção intencional das servidoras sobre as deficiências estruturais da gestão documental na instituição em que trabalham, e revelam em seu teor a precariedade no tocante a diretrizes claras e de apoio técnico para o desempenho adequado de suas funções.

Em outro sentido expressam compreensão crítica quando se referem à fragmentação e duplicidade dos processos documentais: “Poderia unificar esses dois setores [...] porque o estágio faz parte da vida acadêmica do aluno [...] aí a gente tem que entrar em contato com o setor de estágio [...] porque o arquivo é físico [...] não está ainda organizado” (Maria Antonieta). Realidade também evidenciada por Catarina de Médici, quando afirma: “O setor de estágio faz no DOCs [...], mas uma coisa não conversa com a outra [...] você precisa baixar aquele documento [...] e enviar para a CRCA¹⁴ [...] às vezes é uma declaração que já foi apresentada”.

A percepção de que “[...] uma coisa não conversa com a outra”, como afirma Catarina de Médici, traduz um *noema* (a desconexão entre sistemas), enquanto a *noese* se manifesta na experiência de retrabalho, duplicidade e desgaste emocional. Além dessas percepções, outras falas reforçam o entendimento crítico das participantes, como quando Margaret de Valois observa que “[...] não tem aonde guardar, estão se perdendo da mesma forma”, evidenciando a insegurança quanto ao armazenamento dos documentos. Maria Antonieta relata que “[...] tem documentos de aluno arquivado no setor de estágio, e documentos de alunos aqui no CRCA”, esta fala indica a fragmentação entre setores, já Margaret de Valois (Nísia) destaca que “[...] faltaria uma diretriz, um norteamento de como vai ser feito”, explicitando a ausência de orientação institucional. Tais relatos evidenciam a consciência das servidoras sobre o caráter desarticulado das rotinas e reforçam a necessidade de políticas institucionais que deem suporte às práticas cotidianas.

4.2 VIVÊNCIA: O COTIDIANO COM OS DOCUMENTOS

Vivência, a segunda categoria, enfoca as experiências práticas cotidianas das servidoras com a gestão documental. Essa dimensão dialoga diretamente com os fundamentos da *epoché husserliana*, ao explorar como as servidoras experienciam o

¹⁴ Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA).

cotidiano da gestão documental, suspendendo julgamentos prévios para acessar a experiência em sua forma direta e desvelada. A vivência constitui o terreno onde os fenômenos se mostram e onde a consciência se relaciona de modo imediato com as condições concretas do trabalho. É nesse nível que emergem sensações como esforço, desgaste, improvisação e responsabilidade, elementos que não aparecem em normas ou manuais, mas que marcam profundamente o cotidiano documental.

Catarina de Médiçi ressalta: “Desde a época do colégio agrícola e escola agrotécnica, a gente tem arquivos dos anos 70, 80 [...] não tem uma maneira hoje de gestão adequada [...]”. Por sua vez, Leonor de Aquitânia acrescenta: “Infelizmente a questão do arquivo sempre foi um problema [...] mofo, poeira [...] questão de saúde”. Essas falas revelam que a vivência reúne elementos objetivos (acervo antigo, poeira, ausência de equipamentos) e elementos subjetivos (cansaço, preocupação, afeto com o material), compondo um *noema* e uma *noese* que se entrelaçam no cotidiano.

Ainda conforme aponta Leonor de Aquitânia “[...] tem documentos de aluno arquivado no setor de estágio [...]”; “todo dia tem uma solicitação nova [...] tem que ir lá no arquivo físico”. Tais vivências reforçam o argumento de Duranti (2005) sobre a intensificação da responsabilidade humana frente ao ambiente digital, indicando que a tecnologia só é efetiva quando há condições institucionais e humanas que sustentem sua aplicação.

Em síntese, a vivência mostra que o fenômeno documental ocorre em um ambiente híbrido, construído entre demandas técnicas, limitações estruturais e esforços humanos contínuos. Essa complexidade torna a vivência um espaço privilegiado para a análise fenomenológica, permitindo compreender tensões, adaptações e sentidos atribuídos ao trabalho cotidiano com documentos.

4.3 ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS: SIGNIFICAR O FAZER ARQUIVÍSTICO

A terceira categoria aprofunda a análise fenomenológica ao destacar como as servidoras não apenas vivenciam, mas significam suas experiências. Esses significados se constroem tanto pela tradição institucional quanto pela prática cotidiana, articulando dimensões técnicas, simbólicas e éticas do trabalho arquivístico. Nesta direção, Margaret de Valois afirma: “[...] documentos digitais e físicos são a história da instituição [...] está se perdendo a memória da instituição”. Maria Antonieta complementa: “[...] o arquivo da CRCA é um arquivo permanente [...] é urgente o tratamento da documentação”. Nessas falas, o

noema apresenta-se como a percepção objetiva da memória ameaçada; a noese manifesta-se como preocupação, urgência e senso de responsabilidade. Essa articulação confere densidade ética e histórica ao fazer arquivístico.

Mais adiante, emerge a consciência reflexiva sobre o próprio ato de significar: “Eu acho que a hora que a gente tiver essa visão diferenciada [...] vai se tratar diferenciadamente também os documentos” (Maria Antonieta).

Assim, a atribuição de sentido transforma a prática arquivística em uma prática de cuidado com a história, com a instituição, com as trajetórias discentes e com a integridade dos processos. Esse cuidado revela o caráter ético, simbólico e pedagógico da memória institucional, ampliando a compreensão da gestão documental para além de sua dimensão técnico-normativa.

As participantes também destacaram, em diferentes momentos, o vínculo emocional e ético com os documentos. Essa relação aparece, por exemplo, quando afirmam que documentos representam histórias, trajetórias e direitos, reforçando a necessidade de diretrizes sólidas para a preservação e o acesso. Desse modo, os sentidos atribuídos pelas servidoras consolidam um entendimento da gestão documental como prática técnica, humana e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso metodológico desenvolvido nesta pesquisa reafirma o potencial da Fenomenologia como princípio capaz de revelar os sentidos atribuídos às práticas de gestão de documentos, sob a perspectiva das participantes que atuam diretamente com os documentos nos setores priorizados, mesmo sem formação arquivística. Ao optar pela escuta sensível e pela suspensão de julgamentos prévios, foi possível acessar dimensões da experiência que frequentemente são invisibilizadas nos discursos normativos e técnicos que predominam no campo arquivístico.

A realização da roda de conversa e a posterior validação das transcrições pelas participantes evidenciaram o cuidado ético e epistemológico com que a pesquisa foi conduzida. Essa etapa reafirmou o compromisso com a fidelidade à experiência vivida e com o protagonismo das servidoras na construção do conhecimento. A análise fenomenológica permitiu identificar que suas experiências com a gestão documental são marcadas por tensionamentos entre responsabilidade institucional e improvisação

cotidiana, entre ausência de diretrizes e construção de rotinas próprias, entre técnica e engajamento subjetivo.

As falas revelaram que, mesmo na ausência de formação específica, as participantes desenvolvem saberes e práticas que sustentam a memória e a operacionalidade da instituição. Seus relatos expressam valores éticos, sentidos simbólicos e afetos associados ao trabalho com os documentos, demonstrando que a organização documental não se resume à aplicação de normas, mas é, sobretudo, uma experiência humana situada em contextos institucionais específicos.

Essa compreensão da gestão documental como experiência vivida encontra ressonância em Mogarro (2006), que reconhece os arquivos escolares como reflexos da cultura própria das instituições, configurando-se como patrimônios educativos e espaços de construção da memória escolar. Para a autora, os documentos arquivísticos são resultados das práticas administrativas e pedagógicas do cotidiano, constituindo fontes essenciais para compreender relações, saberes e modos de funcionamento de uma instituição educativa.

Os resultados consolidados da pesquisa sugerem que as exigências documentais não são casos isolados, mas guardam semelhanças com outros contextos institucionais nos quais a ausência de políticas arquivísticas consolidadas induz ao desenvolvimento informal e instituinte de mecanismos próprios de organização e gestão da informação. Com base nos achados, as práticas cotidianas emergem como formas de resistência e reinvenção diante da carência de suporte técnico e normativo, evidenciando a potência do vivido como espaço de construção de saberes práticos e significativos.

Tal constatação torna evidente a urgência de ações voltadas à formulação de políticas arquivísticas institucionais que contemplem não apenas os aspectos técnicos e legais da gestão de documentos, mas também o reconhecimento e a valorização das pessoas que a executam. Nesse sentido, faz-se essencial que as Instituições Públicas de Ensino Superior e demais organizações invistam na formação continuada de seus servidores, reconheçam a legitimidade de suas experiências e consolidem estruturas arquivísticas integradas que articulem práticas, sistemas e pessoas de forma coerente e sustentável.

Com base nas interpretações finais derivadas da pesquisa, torna-se possível preconizar que futuras ações institucionais no âmbito do IFTM poderiam considerar a elaboração de um plano institucional alinhado às especificidades do cotidiano. Tal iniciativa incluiria a constituição de comissões intersetoriais para discutir diretrizes arquivísticas, o

incentivo à formação continuada dos servidores que atuam com documentos e a valorização dos saberes práticos desenvolvidos no contexto institucional. Como a pesquisa foi concluída, as interpretações finais indicam que a aproximação entre as políticas arquivísticas e a realidade vivida pelos setores pode contribuir para práticas mais integradas, sustentáveis e significativas.

Além disso, a pesquisa permite apontar a importância de ampliar a compreensão da gestão de documentos como campo de experiência e não apenas como técnica. A escuta das participantes, aliada à análise fenomenológica, oferece um caminho fecundo para futuras investigações voltadas a compreender o cotidiano arquivístico em sua complexidade, sobretudo em instituições que ainda carecem de políticas mais estruturadas para o tratamento da informação.

As interpretações finais apresentadas oferecem subsídios relevantes para o debate sobre a gestão documental nas Instituições Federais de Ensino e Pesquisa. Ao explicitar as decisões metodológicas adotadas e os sentidos atribuídos às experiências relatadas, entende-se que o presente artigo contribui para o fortalecimento de abordagens qualitativas no campo da Arquivologia e da EPT, destacando a importância de valorizar a escuta sensível e a vivência dos servidores nos processos de produção e gestão da informação institucional. Essa valorização repercute não apenas na Arquivística, mas também em outros campos de ação-reflexão que envolvem integralidade profissional e cuidado institucional.

Em consonância com a perspectiva do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica (MPET), que prevê que toda pesquisa gere um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) orientado à transformação de realidades concretas, as interpretações consolidadas na pesquisa fundamentaram diretamente a elaboração do Manual de Gestão de Documentos Arquivísticos (MGDA)¹⁵. Esse produto constitui a resposta aplicada às lacunas identificadas no campo empírico, reforçando o compromisso do Programa com a integração entre teoria, prática e intervenção qualificada.

Nesse sentido, os resultados dialogam diretamente com críticas contemporâneas formuladas por Miguéis (2023), ao indicar que modelos normativos tradicionais, quando dissociados da realidade vivida, tornam-se insuficientes para orientar práticas documentais complexas em ambientes híbridos. A Fenomenologia, ao privilegiar a experiência, ajuda a

¹⁵ O Manual de Gestão de Documentos Arquivísticos (MGDA) está disponível em: <https://repositorio.iftm.edu.br/Resultado/Listar?guid=1771353866338>

revelar essas insuficiências e constitui uma via metodológica capaz de iluminar tensões, contradições e possibilidades de mudança.

Além disso, as falas das participantes evidenciam que a gestão documental, no contexto do IFTM, articula dimensões técnicas, afetivas e políticas, mostrando que o fazer arquivístico é sustentado por sujeitos que mobilizam saberes, improvisações e significados que não aparecem nos normativos oficiais, mas garantem a continuidade institucional. Esse reconhecimento é fundamental para orientar políticas mais sensíveis à realidade.

Assim, as considerações apresentadas nesta seção reforçam que políticas documentais só se tornam eficazes quando dialogam com a prática concreta e quando reconhecem que a gestão documental é, antes de tudo, uma experiência humana situada. A Fenomenologia, portanto, não apenas revela o vivido, mas aponta para a necessidade de políticas e estruturas que acolham esse vivido como fundamento.

A análise fenomenológica permitiu identificar três sentidos predominantes que atravessam a experiência das servidoras: i) a sobrecarga cotidiana gerada pela ausência de diretrizes institucionais, que produz insegurança, retrabalho e improvisação; ii) a percepção de fragmentação e descontinuidade entre sistemas, setores e fluxos documentais, manifestando-se como frustração, desgaste e sensação de desarticulação; e iii) o cuidado ético com a memória institucional, expresso por sentimentos de responsabilidade, zelo e consciência de que os documentos representam histórias, trajetórias e direitos.

Esses sentidos, vividos de maneira concreta no cotidiano, evidenciam a distância entre as práticas existentes e o que se espera de uma política arquivística consolidada. Da mesma forma, reforçam que o desenvolvimento do Produto Técnico-Tecnológico (MGDA) não foi apenas um resultado técnico, mas emergiu diretamente da compreensão fenomenológica do fenômeno estudado, constituindo uma resposta aplicada às necessidades reais identificadas pelas participantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Roberto de. **A compreensão dos servidores do IFTM Campus Uberlândia sobre a gestão de documentos**: contribuições e desafios no processo de organização documental. 2025. 181 f.: il. Disponível em: <https://repositorio.iftm.edu.br/acervo/detalhe/41220?guid=1769537269691&returnUrl=%2fresultado%2fflistar%3fguid%3d1769537269691%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d41220%2341220&i=1>. Acesso em: 17 fev. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 15489-1** Informação e documentos – Gestão de documentos de arquivos. Parte 1: conceitos e princípios. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnica, 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 37, de 19 de dezembro de 2012**. Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. DF: MEC, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-37-de-19-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 39, de 29 de abril de 2014**. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. DF: MEC, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-37-de-19-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-360-de-18-de-maio-de-2022-401082263>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 332, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. DF: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-37-de-19-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 360, de 18 de maio de 2022**. Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. Brasília, DF: MEC, 2022a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-360-de-18-de-maio-de-2022-401082263>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CORRÊA, Adriana Katia. *Fenomenologia: uma alternativa para pesquisa em enfermagem*. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 83-88, jan. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/y6x4qK4wvjdQFCh9fy8hKfx/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. O ciclo vital ante o documento digital: o modelo *records continuum* como recurso de elucidação. **Acervo**, v. 29, n. 2 jul-dez, p. 155-167, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/705>. Acesso em: 23 maio 2025.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Compreendendo o Records Continuum: contextualização, objetivos e reflexões. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-60, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/117>. Acesso em: 20 nov. 2025.

DARTIGUES, A. **O que é a Fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1992

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5–18, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/5c793666-1dbb-42ca-aa56-842a98eb0142/content>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal**. 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2008.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, jul-dez, p. 19-50, nov. 2015. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/607/640>. Acesso em: 03 maio 2025.

MARTINS, Joel.; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Estudos sobre existencialismo, Fenomenologia e Educação**. São Paulo: Centauro, 2006.

MIGUÉIS, Magda. **A gestão documental e o ciclo de vida documental: algumas considerações**. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2023. Disponível em: <https://flul.academia.edu/MagdaMigu%C3%A9is>. Acesso em 23 mai. 2026.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: a construção da memória educativa. **Sísifo – Revista de Ciências da Educação**, n. 1, p. 71–84, 2006.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (org.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de documentos e informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de**

biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 9, n. 2, p. 1–13, 2004. DOI: 10.5007/1518-2924.2004v9nesp2p1. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1>. Acesso em: 18 fev. 2026.

SHELLEMBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOURINHO, Carlos Diógenes C. A radicalização da *epoché* fenomenológica: inversão do transcendente e oscilação do objeto intencional em Husserl. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, n. 16, v. 2, p. 22–35, dez. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia>. Acesso em: 29 abr. 2025.

ZOPPO, Beatriz Maria; LELIS, Diego de Jesus; VOSGERAU, Delmeire Sant'Anna Ramos. In.: ENS, Romilda Teodora; OLIVEIRA, José Luis de (org). Desdobramento de uma pesquisa fenomenológica em educação; o olhar metodológico sobre a realidade. **Métodos de Pesquisa e suas Interfaces em Educação**. Curitiba: CRV, 2024. p. 149-163.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: R. R. de Andrade, O. J. Pereira
Coleta de dados: R. R. de Andrade
Análise de dados: R. R. de Andrade
Discussão dos resultados: R. R. de Andrade
Revisão e aprovação: R. R. de Andrade

ORIGEM DA PESQUISA

Este artigo integra a pesquisa de mestrado em andamento intitulada "Gestão de documentos no IFTM Campus Uberlândia: o olhar dos servidores sobre suas contribuições e deságios no processo", desenvolvida por Ricardo Roberto de Andrade, no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), com previsão de conclusão em agosto 2025. Orientado pelo Prof. Dr. Otaviano José Pereira.

PREPRINTS

O manuscrito não é um *preprint*.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica

FINANCIAMENTO

Não se aplica

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



CAAE: 87488725.4.0000.5154

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 ou CNS 510/16 e Norma Operacional 001/2013, o Colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados foram publicados no próprio artigo.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à Revista *Encontros Bibli* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Genilson Geraldo, Camila de Azevedo Gibbon, Amanda Santos Witt, Marcela Reinhardt de Souza.

HISTÓRICO

Recebido em: 25-11-2025

Aprovado em: 26-05-2026

Publicado em: 10-07-2026

Copyright (c) 2026 Berenice Rodrigues Ferreira, Milton Shintaku, Elder Lopes Barboza. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internactional. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

